

Informações e Estudos Complementares

O Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco (CBMPE) é responsável pela análise e vistoria de edificações no que tange a segurança contra incêndio e pânico, culminando na emissão do Atestado de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB). Atualmente, o processo é conduzido por meio de um sistema digital que não acompanha mais as necessidades operacionais, legais e tecnológicas da Corporação.

A modernização desse processo é crucial. Diversos estados já implantaram plataformas mais modernas como o Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, que utiliza o sistema INFOSCiP permitindo maior eficiência, transparência e rastreabilidade dos processos.

A nova plataforma proposta deve ser fundamentada nas melhores práticas em governo digital, interoperabilidade de sistemas públicos, uso de dados abertos e análise preditiva, com forte aderência à legislação vigente.

Fundamentação Normativa

- Decreto Estadual Nº 19.644: aprova o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico para o Estado de Pernambuco - COSCIP;
- Decreto Estadual Nº 52.005/2021: Dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Integrado para o Desenvolvimento Urbano e Econômico do Estado de Pernambuco;
- Decreto Estadual Nº 56.727/2022: Institui o Sistema Estadual de Licenciamento Integrado de Atividades Econômicas;
- Normas Técnicas do CBMPE aplicáveis à análise de projetos e vistorias de segurança contra incêndio e pânico;
- Lei Geral de Proteção de Dados (Lei Federal Nº 13.709/2018).

Justificativa Estratégica

A transformação digital do processo de emissão do AVCB está alinhada com os objetivos estratégicos do Governo de Pernambuco quanto à desburocratização, eficiência administrativa, redução de riscos urbanos e promoção de um ambiente de negócios mais seguro e previsível.

Informações e Estudos Complementares

Além disso, a iniciativa reforça a imagem institucional do CBMPE como uma Corporação moderna, integrada aos princípios de governo digital, fortalecendo a confiança da população e dos empreendedores na atuação estatal.

Impacto Esperado

- Redução significativa do tempo médio de tramitação de processos de regularização;
- Automatização de etapas que atualmente exigem análise humana repetitiva;

- Classificação automática de edificações isentas de vistoria, com base em regras normativas;
- Aumento da transparência e rastreabilidade do processo de emissão do AVCB;
- Melhoria na prestação de serviço ao cidadão e ao empreendedor;
- Maior integração com sistemas estaduais e municipais de licenciamento.